

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6355 - QUINTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2019



BANCÁRIOS COBRAM DO ITAÚ GARANTIA DE EMPREGO

Em meio ao anúncio de fechamento de 400 agências por todo o país até o fim deste ano, a principal preocupação do movimento sindical é com o emprego bancário. Este inclusive é um dos temas da reunião entre representação dos trabalhadores e do banco, hoje (23), em São Paulo.

O encontro marca o retorno do Grupo de Trabalho de Saúde e Condições de Trabalho do Itaú. Na última reunião, realizada no último dia 7, a direção da empresa havia informado as agências fechadas até o momento e as realocações feitas nestes casos. Agora, a COE (Comissão de Organização dos Empregados) quer atualização dos números e colocar em pauta as demissões.

O Itaú, maior banco privado do país, lu-



crou R\$ 6,87 bilhões no primeiro trimestre de 2019, no entanto, acelerou a política de corte. No período, eliminou 597 postos de trabalho e fechou 60 agências físicas, em contrapartida, abriu 35 agências digitais, as quais já somam 195 unidades.

Um olhar rápido nos dados confirma a incoerência. Cada vez mais rentável, o banco tem fechado unidades. (SBBA)

BANCOS QUEREM METER A MÃO NA PREVIDÊNCIA



A reforma da Previdência é perversa e o Movimento Sindical vem alertando há muito tempo. Entre os piores fatores da proposta está a capitalização. Com o modelo, milhões de brasileiros serão jogados na miséria. Ganho, só para os bancos.

Segundo a Unafisco, as organizações fi-

nanceiras ficarão com 62% da renda do trabalhador. Uma simulação ajuda a mostrar o real cenário. Pelo sistema proposto pelo governo Bolsonaro, se um cidadão pode acumular R\$ 274.804,02 em 40 anos, ficará com apenas R\$ 170.102,58. Os R\$ 105.701,43 vão para os bancos em taxas de administração.

A experiência de outros países mostra o fracasso da capitalização. Em geral, houve estagnação das taxas de cobertura, redução drástico do valor dos benefícios e aumento da desigualdade de renda. O governo Bolsonaro ignora tudo isso. Prefere atender a agenda do grande capital e jogar milhões na pobreza. (SBBA)

BANCOS TÊM ATÉ O DIA 31 PARA ADIANTAR O 13º

Os bancos têm até o próximo dia 31 para pagar o adiantamento do 13º salário aos bancários. O benefício, denominado de gratificação de Natal, é uma conquista do movimento sindical e consta na cláusula 4ª da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

A empresa é obrigada a creditar a primeira parcela do 13º salário, valor que corresponde à metade da remuneração recebida no mês anterior. Têm direito ao benefício, os funcionários que foram admitidos pelos bancos até 31 de dezembro de 2018 e que não tenham recebido a parcela durante as férias. (SBBA)

Acessem o nosso site: www.bancariositabuna.com

NÃO É SÓ O BB. GOVERNO QUER VENDER TUDO!



Se depender do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia não vai sobrar nada no Brasil. Nos Estados Unidos, Paulo Guedes repetiu que venderá tudo o que o país tem, “do palácio presidencial à casa funcional em que iria viver”. Uma submissão que chega a ser doentia.

O ministro prometeu abrir o mercado de petróleo no Brasil, com o fim do monopólio da Petrobras, e garantiu que em até 60 dias a reforma da Previdência seria aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Segundo ele, as iniciativas vão mudar as perspectivas do país. Realmente. Mas para muito pior. Desde que o governo Bolsonaro iniciou todos os indicadores se agravaram. E o cenário não é nada animador.

Ao invés de apresentar projetos capazes de retomar o crescimento do Brasil, o presidente faz o contrário. Tenciona ainda mais o clima na nação, estimulando a violência. (SBBA)

NOTA DE PESAR

É com imenso pesar que o Sindicato comunica o falecimento do bancário aposentado Aldo Resende Ferreira, de 65 anos. Aldo foi gerente do Banco do Nordeste em Itabuna e faleceu num acidente de carro na noite de ontem (22) em Medeiro Neto, no extremo-sul do Estado.

O Sindicato se solidariza com familiares e amigos.

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: UILTON

Tarde: AMAURY

NÃO EXISTE COMBATE A PRIVILÉGIOS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Todos os dias é possível ver ou ler notícias que sustentam esse discurso, mas que na prática não existe.

Por Pedro Armengol de Souza *

Em sua campanha para conquistar o apoio da população brasileira para aprovação da PEC 6/19, da reforma da Previdência, que prevê o fim do modelo de Previdência Pública no Brasil, o governo de Jair Bolsonaro tem adotado o combate a privilégios como uma das principais narrativas. Mas, esse discurso não se sustenta e com alguns dados conseguimos desmontar o que consideramos ser apenas uma máscara, uma farsa; uma mentira montada para convencer desavisados.

Nós servidores públicos já passamos nos últimos anos por mais de sete reformas. A reforma contida na EC 70/12 colocou todos do setor público na mesma regra dos trabalhadores da iniciativa privada que assegura o teto previdenciário do INSS, hoje em R\$ R\$ 5.839,45.

Outro dado, disponível no Portal da Transparência e pelo próprio governo que disponibiliza tabelas salariais do setor público, é que a maioria dos servidores públicos no Brasil ganha abaixo do valor desse teto, ou seja, sequer seria financeiramente afetada pela reforma proposta. Os demais servidores tem como opção aderir a um fundo complementar previdenciário (Funpresp), caso queiram perceber uma aposentadoria acima do teto estabelecido pelo INSS.

Causa mais estranheza ainda que o governo sustente esse discurso do combate aos privilégios quando se observa a reforma da Previdência dos militares, enviada à parte ao Congresso Nacional. A proposta é no mínimo decepcionante para quem espera um combate a privilégios e trouxe até mesmo um plano de carreira que garante reajustes de mais de 124% aos militares, enquanto aos servidores civis não há sequer reajuste previsto.

Enquanto tenta convencer sociedade de que combate privilégios sem efetivamente os combater, o governo corre para aprovar uma reforma que, na verdade, propõe jogar a classe trabalhadora num modelo de capitalização, sem regras claras, e ainda retira da Previdência pública seu caráter de tripé social.

Os dados até aqui conhecidos terminam de colocar em cheque esse discurso. Dos cerca de R\$ 1,2 trilhão que governo diz pretender economizar, 83% sairão de quem recebe até dois salários mínimos de aposentadoria. Além disso, preocupa que o custo de transição não tenha sido citado até hoje pelo governo que parece mesmo desconhecer os números. No entanto, países que adotaram o regime de capitalização e se arrependeram mostram que esse custo nos anos seguintes foi maior do que aquilo que se previa economizar.

Há outras críticas que precisam ser consideradas. Para alguns servidores há um prejuízo principalmente com um injusto adiamento do direito de se aposentar que poderia impactar no tempo de serviço já que pela proposta da PEC 6/19 as regras de transição seriam todas desconsideradas. Além disso, há situações onde poderia haver o chamado confisco salarial com servidores podendo ser tributados em até 22%.

Mas, a realidade no setor público ainda é de carreiras desestruturadas, tabelas salariais engessadas e desvalorizadas, falta de infraestrutura e de investimento e até mesmo ausência do direito à negociação coletiva.

O mito construído em torno dos servidores “privilegiados” serve ao governo para convencer a sociedade em dar o apoio para a aprovação dessa “deforma”. Todos os dias é possível ver ou ler notícias que sustentam esse discurso, mas que na prática não existe.

Por isso, sabedores de que os impactos mais graves e profundos serão sentidos pela população mais vulnerável e pobre, dos trabalhadores que não darão conta de contribuir por 40 anos para garantir aposentadoria integral e também das incertezas que o modelo de capitalização lançará as gerações futuras, somos contra essa reforma.

Nós do setor público vamos nos engajar com outras categorias na greve geral convocada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho. Não há conforto para ninguém neste momento, todos nós estamos ameaçados. É hora de unir os trabalhadores do campo e das cidades em defesa de um dos maiores bens que temos que é o direito a uma aposentadoria digna. Não vamos abrir mão disso.

*Pedro Armengol de Souza é servidor público federal do recentemente extinto Ministério do Trabalho, diretor da Condsef/Fenadsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal).